

Reunião de Planificação 2015

Nota Introdutória sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho 2016-2018

No contexto do PQG 2015-2019 e ao abrigo do novo Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Concessão de Apoio Geral ao Orçamento (AGO), foi necessário adoptar um novo Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) para o período de 2016 a 2018. Tendo em conta que o QAD constitui o instrumento de monitoria para a modalidade de AGO, foi acordado que o QAD irá focalizar-se nas áreas onde o diálogo do AGO pode trazer um valor acrescentado em relação a outros instrumentos já existentes – uma vez que outras modalidades e outros aspectos são monitorados e avaliados ao nível sectorial e por outros mecanismos ou instrumentos.

O objectivo do QAD é monitorar os resultados do AGO, bem como estimular o desenvolvimento e discussão das políticas públicas num número limitado de áreas-chave estratégicas e prioritárias. O objectivo do ‘foco estratégico’ é garantido através da ligação do QAD com as 4 áreas prioritárias do AGO, tal como definido no Memorando de Entendimento. As quatro áreas prioritárias do AGO são:

- 1 – Sistemas Nacionais;
- 2 – Crescimento Inclusivo;
- 3 – Governação e Prestação de Contas;
- 4 – Eficácia na Prestação de Serviços.

É importante referir que o QAD adoptou uma nova estrutura com dois níveis, o primeiro contém indicadores de resultado/produto e o segundo nível consiste em medidas ou acções prioritárias. Para cada uma das 4 áreas prioritárias foi identificado um número reduzido de subáreas. Cada subárea contém os dois níveis, o primeiro nível que apresenta indicadores de resultado ou de produto para medir os progressos relacionados com os objectivos (possivelmente a serem medidos em intervalos de tempo mais longos); e o segundo nível que se concentra nas medidas/acções do Governo para alcançar os objectivos do primeiro nível e para que o progresso possa ser medido com maior frequência (anual).

O QAD que se apresenta juntamente com esta introdução é fruto de um trabalho conjunto que foi realizado ao longo dos últimos meses, foi apreciado pelo Comité de Direcção em 8 de Fevereiro de 2016 e constitui a base para a sua implementação ao longo do período de 2016 a 2018.

Em princípio, estes indicadores são extraídos da Matriz Estratégica do PQG, com o objectivo de assegurar a sua monitoria através do Balanço do Plano Económico e Social. Os detalhes da definição, cálculo e metodologia de avaliação constarão nas Notas Técnicas a serem elaboradas até ao final de Março de 2016.

AREA 1: FORTALECIMENTO DE SISTEMAS NACIONAIS

Sub-Area	Linha de Base 2014/2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta PQG/Matriz Estratégica 2019
# 1. Alocações Orçamentais Baseadas nos Objectivos/Resultados					
<p>Indicador de Produto/Resultado</p> <p>1. Continuar a melhoria da análise e reporte sobre as alocações orçamentais</p>	<p>Linha de Base:</p> <p>OE 2016: apresenta informação sobre o classificador funcional quadro sem análise (com 2 dígitos); apresenta 40% da alocação como não especificada (N.E.)</p> <p>REO 1º S 2015: reporte com COFOG 5 dígitos com cerca de 40% da alocação como não especificada (N.E.)</p>	<p>a) O OE de 2017 inclui uma análise sobre a alocação às áreas económicas e sociais com base no classificador funcional e o REO 1º S 2016 inclui uma análise sobre a respectiva execução</p> <p>b) O OE 2017 apresenta, um máximo de 35% de despesa classificada como N.E.</p>	<p>(i) O OE de 2018 inclui uma análise sobre alocação às áreas económicas e sociais com base no classificador funcional (por tipo de despesa, origem de financiamento e nível territorial) e os REO (2016 e 1º S 2017) incluem uma análise sobre a respectiva execução</p> <p>(ii) O OE 2018 e o REO 1º S 2017 apresentam um máximo de 30% e 35%, respectivamente, de despesa classificada como N.E.</p>	<p>(i) O OE de 2019 inclui uma análise sobre a alocação às áreas económicas e sociais com base no classificador funcional e os REO (2017 e 1º S 2018) incluem uma análise sobre a respectiva execução (<i>melhoria qualitativa a decidir durante a planificação de 2017</i>)</p> <p>(ii) O OE 2019, os REO 1º S 2018 e o de 2017 apresentam um máximo de 25%, 30% e 35%, respectivamente, de despesa classificada como N.E.</p>	
<p>Medidas Prioritárias/ Acções de Políticas:</p> <p>Focalizadas na melhoria da apresentação da informação sobre o Classificador Funcional e na implementação do Modelo Conceptual do SPO</p>	<p>a) Apresentar informação do classificador funcional como informação anexa ao OE 2016, por tipo de despesa;</p> <p>b) Modelo conceptual do SPO aprovado;</p> <p>c) Áreas Económicas e Sociais com base no classificador orgânico.</p>	<p>a) Apresentar o classificador funcional como informação anexa ao OE 2017 com COFOG (5 dígitos), por tipo de despesa;</p> <p>b) Modelo de Negócios do SPO elaborado e Programas do Governo revistos com base na Lei do SISTAFE;</p> <p>c) Definir as Áreas Económicas e Sociais com base no classificador funcional.</p>	<p>a) Apresentar o classificador funcional como informação anexa ao OE 2018 com COFOG (5 dígitos), por tipo de despesa, origem de financiamento e nível territorial</p> <p>b) Módulo do Plano e Orçamento (MPO) desenvolvido e os utilizadores treinados</p>	<p>a) Operacionalização da aplicação informática (MPO).</p> <p>b) MPO em teste</p>	
# 2. Melhoria na Gestão do Investimento Público					
<p>Indicador de Produto/Resultado</p> <p>2 - % dos projectos de investimento público que são avaliados usando procedimentos rigorosos de selecção de projectos</p>	<p>Meta QAD 2015 Indicador #36:</p> <p>a) Inclusão, na Circular sobre as Orientações e Metodologia de Elaboração do Orçamento do Estado, de directrizes que instruem sobre a avaliação técnica, Comité de Coordenação e de Selecção de Projectos</p>	<p>(i) 100% dos novos projectos> de \$50m e na falta destes, os cinco (5) maiores projectos abaixo desse limite, são aprovados pelo CCSPP com base numa avaliação técnica para projectos de investimento</p>	<p>(i) 100% dos projectos> de \$50m e na falta destes, oito (8) maiores projectos abaixo desse limite, são aprovados pelo CCSPP com base numa avaliação técnica para novos projectos de investimento público e (ii) a Fundamentação do OE 2018 incluirá um sumário com a data do</p>	<p>(i) 100% dos projectos> de \$50m e na falta destes, doze (12) maiores projectos abaixo desse limite, são aprovados pelo CCSPP com base numa avaliação técnica para novos projectos de investimento público e (ii) a</p>	

	<p>Públicos (CCSPP), de novos projectos de investimento, de valor igual ou superior a USD \$ 50 milhões, a serem considerados e incluídos no OE/2016.</p> <p>b) O CCSPP preparará e discutirá uma avaliação técnica para novos projectos de investimento público e incluirá um sumário na Fundamentação do OE 2016.</p> <p>Real 2015: O OE para 2016 não comporta projectos públicos com valor de \$50m.</p>	<p>público; e (ii) a Fundamentação do OE 2017 incluirá um sumário destes projectos com a data do CCSPP no qual foi aprovado.</p>	<p>CCSPP no qual foi aprovado.</p>	<p>Fundamentação do OE 2019 incluirá um sumário com a data do CCSPP no qual foi aprovado.</p>	
Medidas/Ações prioritárias		<p>(i) Operacionalizado o CCSPP de acordo com a nova estrutura orgânica dos sectores que compõem o CCSPP;</p> <p>(ii) Formados 10 membros do CCSPP, 21 técnicos dos sectores e 22 técnicos das Direcções Provinciais.</p> <p>(iii) PII actualizado e publicado</p>	<p>(i) Por definir – considerar o processo de monitoria dos projectos</p> <p>(ii) 10 membros do CCSPP recebem formação, e 21 técnicos dos sectores e 22 técnicos das Direcções Provinciais recebem formação</p> <p>(iii) PII actualizado e publicado</p>	<p>(i) Por definir – considerar o processo de monitoria dos projectos</p> <p>(ii) 10 membros do CCSPP recebem formação, e 21 técnicos dos sectores e 22 técnicos das Direcções Provinciais recebem formação</p> <p>(iii) PII actualizado e publicado</p>	
# 3. Melhoria na Transparência e Gestão dos Riscos Fiscais					
<p>Indicador de Produto/Resultado:</p> <p>3 - Aumento da qualidade e abrangência da análise e reporte sobre os riscos fiscais</p>	<p><u>Linha de base para 2015:</u></p> <p>Uma Declaração inicial sobre os riscos fiscais foi publicado na Página WEB do GdM</p>	<p>Declaração sobre os riscos fiscais incluída nos documentos do OE 2017 (com uma análise sobre os riscos fiscais (incl. riscos macroeconómicos; Garantias, PPP e empresas públicas) - na Página WEB do GdM</p>	<p>(i) Declaração sobre os riscos fiscais incluída no OE 2018 com melhorada qualidade (i.e. incluindo análise de sensibilidade orçamental e informação sobre as empresas maioritariamente participadas pelo estado);</p> <p>(ii) Reporte sobre os riscos fiscais em 2016 (materialização de riscos fiscais previstos e reporte de novos riscos fiscais), incluindo</p>	<p>(i) Declaração sobre os riscos fiscais incluída nos documentos do OE 2019 com melhorada qualidade (i.e. incluindo medidas de mitigação);</p> <p>(ii) o REO e a CGE 2017 incluem um capítulo com análise dos riscos fiscais materializado e actualização de novos riscos fiscais</p>	<p>Melhoria na Transparência e Gestão dos Riscos Fiscais</p>

			uma lista dos maiores contractos multianuais assinados em 2016 (REO/CGE ou BdPES);	aparecidos.	
<p>Medidas/acções prioritárias</p> <p>Adequar o quadro legal sobre o sector empresarial do Estado</p> <p>Adoptar e implementar o Plano de Acção para dar seguimento ao FTE do FMI</p>	<p>Linha de base para 2015:</p> <p>(i) Lei sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE) submetida ao Conselho de Ministros (CdM).</p> <p>(ii) Adopção do Plano de Acção para dar seguimento ao FTE do FMI.</p> <p>(iii) Estratégia da Dívida Pública (Interna e Externa) 2016-18 aprovada e publicada no <i>website</i>.</p> <p>(iv) Sistema Integrado de Monitoria e Acompanhamento das Participadas (SIMAP) do Estado lançado</p>	<p>(i) Uma Lei para melhor definir o Sector Empresarial do Estado (SEE) depositada no Parlamento.</p> <p>(ii) Algumas acções para dar seguimento ao FTE do FMI implementadas (acções ainda por definir).</p> <p>(iii) A unidade de riscos fiscais em funcionamento (com pessoal capacitado)</p>	<p>(i) Implementação da Lei sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE)</p> <p>(ii) Acções do Plano de acção para dar seguimento ao FTE do FMI – a incluir após adopção do plano de acção</p> <p>(iii) Publicado o balanço consolidado das contas das Empresas Públicas de 2016</p>	<p>iii) Acções do Plano de acção para dar seguimento ao FTE do FMI</p>	
#4 : Mobilização Sustentável das Receitas					
<p>Indicador de Produto/Resultado (monitorado ao longo dos anos)</p> <p>4 - Aumento Sustentável da Receita do Estado</p>	<p>Rácio fiscal ajustado estimado para 2014 (deduzindo a indústria extractiva) aumentou em 1,5pp de 24% em 2013 para 25,5% em 2014.</p>	<p>Aumento em 0,5pp do rácio fiscal ajustado, substanciado por análise da receita por composição sectorial e tamanho (grandes e pequenos contribuintes) no REO-2016 e OE-2017</p> <p>(Rácio ajustado: receita total excluída a receita resultante dos megaprojectos da indústria extractiva, em relação ao PIB excluída a contribuição da indústria extractiva).</p>	<p>Aumento em XX pp do rácio fiscal ajustado, substanciado por análise melhorada da composição e determinantes da receita e base tributária no REO-2017 e OE-2018.</p>	<p>Aumento em YY pp do rácio fiscal (com e sem contribuição da indústria extractiva), substanciado por análise melhorada da composição e determinantes da receita e base tributária no REO 2018 e OE 2019.</p>	<p>Aumento em ZZ pp do rácio fiscal ajustado</p> <p>Nível de qualidade de projecção de receita? (a ser discutido)</p>
Medidas/Acções	a) Implementação do e-	a) 50% contribuintes nas	a) Pelos menos 15% do total de		

<p>prioritárias:</p> <p>Focadas no aumento da eficiência da administração tributária, gestão da tributação da indústria extractiva e análise e projecção da receita do Estado.</p>	<p>tributação e sua integração com o pagamento de impostos via Banco</p> <p>b) Estabelecimento de base para funcionamento da Divisão de Recursos Naturais na AT</p> <p>c) Teste de análise sectorial da receita em anexo a relatório de receitas Q3-2015 -teste qualidade dados e melhoria necessária</p>	<p>UGC's pagam impostos via banco; módulos IVA e ISPC implementados (e-tributação) (confirmar se realista).</p> <p>b) Divisão de Recursos Naturais da AT em funcionamento pleno (eg. Pessoal e áreas de intervenção/trabalho - quais áreas de funcionamento?)</p> <p>c) Elaboração de análise e projecção de receita tributária e aduaneira para o CFMP</p>	<p>contribuintes pagam impostos via banco, e conclusão da implementação e-tributação para impostos de rendimento (confirmar).</p> <p>b) Proposta da AT (eg: gestão e controle dos benefícios fiscais para indústria extractiva)</p> <p>c) Proposta AT (eg. Análise gap fiscal?) Contínua desagregação do reporte da receita por sectores de actividade/imposto/ tamanho de contribuintes)</p>	<p>a)</p> <p>b)</p> <p>d) Contínua desagregação do reporte da receita por sectores de actividade/imposto/ tamanho de contribuintes</p>	<p>a)</p> <p>b)</p> <p>c)</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------

#5: Transparência e Rigor na Aquisição de Bens e Serviços Públicos

<p>Indicador de Produto/Resultado</p> <p>5 – (i) % dos procedimentos de contratação competitivos</p> <p>(ii) % de Supervisão dos processos de contratação pública;</p>	<p>Linha de Base</p> <p>Até o <u>terceiro trimestre de 2015</u>, 48% da despesa interna foi efectuada usando procedimentos competitivos</p>	<p>55% das despesas de 2016 de bens e serviços + investimentos (internos) usam procedimentos competitivos</p> <p>Supervisão de 35% dos processos de contratação pública, com base na informação extraída da Funcionalidade "Regimes Jurídicos e Modalidades de Contratação Pública"</p>	<p>60% das despesas de 2017 de bens e serviços + investimentos (internos) usam procedimentos competitivos</p> <p>Supervisão 45% dos processos de contratação pública, com base na informação extraída da Funcionalidade "Regimes Jurídicos e Modalidades de Contratação Pública"</p>	<p>65% das despesas de 2018 de bens e serviços + investimentos (internos) usam procedimentos competitivos</p> <p>Supervisão 50% dos processos de contratação pública, com base na informação extraída da Funcionalidade "Regimes Jurídicos e Modalidades de Contratação Pública"</p>	
<p>Medidas/Ações prioritárias:</p> <p>Focalizadas na implementação dos procedimentos de contratação pública mais eficiente, transparente e</p>	<p>Revisão do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 15/2010, de 24 de Maio</p>	<p>a) Monitoria da implementação efectivada do Regulamento ora aprovado;</p> <p>b) Actualização dos Documentos de Concursos e</p>			

competitivo, e o reforço do papel de supervisão/monitoria e formação da UFSA		Manual de Procedimentos; c) Implementação do perfil para às UGEAs.			
#6: Auditoria Externa e Interna Eficaz					
<p>Indicador de Produto/Resultado:</p> <p>6 - % de Recomendações de auditoria implementadas</p> <p>a) % de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/inspeccionadas pelos OCI's e IGF.</p> <p>b) % de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/inspeccionadas pelo TA no âmbito da CGE.</p> <p>c) % de Processos de Auditoria Julgados por Tribunal Administrativo, entregues à imprensa nacional e publicados na página WEB do TA</p>	<p>Linha de Base 2014:</p> <p>2014 QAD indicador #31 e # 32:</p> <p>a) 51.5% de recomendações implementadas;</p> <p>b) 18.1% de recomendações implementadas.</p> <p>c) 207 Processos de auditoria concluídos no ano anterior (2013) julgados dos quais foram enviados à publicação na Imprensa Nacional 104 Acórdãos,</p> <p>Meta QAD 2015 Indicador #31:</p> <p>a) 55%;</p> <p>b) 35%;</p> <p>c) 48% dos Processos de Auditorias externa concluídos no ano anterior (2014) julgados e todos os respectivos acórdãos entregues à imprensa nacional e publicados na página WEB do TA</p>	<p>a) 55%</p> <p>b) 20%¹</p> <p>c) 251 Processos de contas/auditoria externa julgadas com todos os respectivos acórdãos entregues à imprensa nacional e publicados na página WEB do TA.</p>	<p>a) 60%</p> <p>b) 30%</p> <p>c) 276 Processos de contas/auditoria externa julgadas com todos os respectivos acórdãos entregues à imprensa nacional e publicados na página WEB do TA.</p>	<p>a) 60%</p> <p>b) 37%</p> <p>c) 303 Processos de contas/auditoria externa julgadas com todos os respectivos acórdãos entregues à imprensa nacional e publicados na página WEB do TA.</p>	
<p>Medidas/Ações prioritárias:</p> <p>a) Reforço do papel da IGF no acompanhamento das recomendações do TA</p> <p>b) Reforço do sistema de amostragem, com base na avaliação do risco.</p>		<p>a) Formação de 440 auditores do SCI</p> <p>b) Monitoramento trimestral das actividades do OCI's</p> <p>c) Matriz do risco elaborada pelo TA para a classificação das recomendações de acordo com o nível de risco</p>	<p>Monitoria e avaliação das recomendações de acordo com o nível de risco.</p>	<p>Monitoria e avaliação das recomendações de acordo com o nível de risco.</p>	

¹ A meta para 2016 foi ajustada por forma a ser mais realista e realizável, tendo em conta a experiência dos anos anteriores (2014 e 2015) onde a meta não foi atingida na totalidade.

		d) A IGF irá fazer o acompanhamento tendo em conta o nível de risco das recomendações.			
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

AREA 2: CRESCIMENTO INCLUSIVO

Sub-Area	Linha de Base 2014/2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta PQG/Matriz Estratégica 2019
#1: Aumento da produtividade do sector familiar agrário com vista a sua melhor inserção no Mercado					
<p>Indicador de Produto/Resultado (monitorado ao longo dos anos): 7- % de produtores assistidos pela extensão que adoptaram e usam novas tecnologias agrícolas</p> <p>Medidas/acções prioritárias</p>	17%	<p>Aprovação ao nível do Ministério da Função Pública e Administração Estatal da carreira do extensionista que visa o enquadramento e evolução profissional dos técnicos da extensão</p>	19%		21%
#2: Melhoria do ambiente de negócios e Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas					
<p>Indicador de Produto/Resultado (monitorado ao longo dos anos): 8 - Melhoria de Moçambique no Relatório Anual de “Doing Business” do Banco Mundial, medido pela “Distance to Frontier”, com enfoque na obtenção do crédito, obtenção de energia, registo de empresa e registo de propriedade</p> <p>Medidas/acções prioritárias</p>		<p>Tornar a plataforma e-Bau funcional e interoperabilizada entre MITESS, MJCR, MEF-AT e</p>	<p>Subida em média pelo menos 0.5pp na medida “Distance to Frontier”</p>	<p>Subida em média pelo menos 0.5pp na medida “Distance to Frontier”</p>	<p>Subida em média pelo menos 0.5pp na medida “Distance to Frontier”</p>
			<p>Ainda por definir*</p>	<p>Ainda por definir*</p>	<p>Ainda por definir*</p>

		MITADER*			
#3: Melhoria no Acesso das PME's ao Financiamento					
Indicador de Produto/Resultado (monitorado ao longo dos anos): 9 -% do empresariado (donos de empresas) que são formalmente servidos pela banca e outros produtos/serviços não-bancários formais	11%	-	-	20%	-
Medidas/acções prioritárias		Depositar a proposta de Lei de Central de Registo de Colaterais Moveis na Assembleia da República; ii) regulamentar a lei que cria o Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada	Ainda por definir	Ainda por definir	Ainda por definir
# 4: Protecção social - Inspiração: PQG Objectivo estratégico					
Indicador de Produto/Resultado: 10 - PQG: % de agregados familiares cobertos pelos programas de segurança social básica (acção social directa e acção social produtiva).	15.76% (2014)	18.47%	21%	23%	25%
Medidas/acções prioritárias:	i) Aprovar a II Estratégia Nacional de Segurança Social Básica; ii) Avaliar a Política da Acção Social; iii) Finalizar o desenho do Sistema de Gestão de Informação dos programas de segurança social básica	i) Aprovar e iniciar a implementação do Plano Operacional da II Estratégia Nacional de Segurança Social Básica ii) Rever a Política da Acção Social; iii) Operacionalizar o Sistema de Gestão de Informação dos programas de segurança social básica;	i) Rever os valores do Subsídio Social Básico e do Programa Acção Social Produtiva.	i) Concluir o processo de integração dos beneficiários dos programas de segurança social básica no sistema de gestão de informação.	i) Realizar a avaliação intermédia da II Estratégia Nacional de Segurança Social Básica.

AREA 3: GOVERNAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sub-Area	Linha de Base 2014	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta PQG/Matriz Estratégica 2019
# 1: Luta Eficaz contra a Corrupção					
Indicador de Produto/Resultado: 11 - Proporção de casos de corrupção julgados por total de casos acusados	33%	38%	43%	49%	N/A
<p>Medidas/acções prioritárias: Publicação do número de casos de Corrupção e Conexos: A) Denunciados; B) Em investigação; C) I. Acusados, II. Não acusados (que aguardam melhor prova), III. Arquivados; D) Julgados; E) Condenados; F) Valores I. Envolvidos, II. Recuperados</p>	<p>a) N/A b) N/A c) I. 239; II. 42, III. 53 d) 79 e) 61 f) N/A</p>	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos
Indicador de Produto/Resultado: 12 - Percepção da experiência efectiva dos cidadãos com a corrupção (baseado em inquérito/estudo independente)	N/A		Estudo Publicado		N/A
<p>Medidas/acções prioritárias: Implementação efectiva da legislação anti-corrupção 1. Lei da Probidade</p> <p>a) Percentagem de declarações de bens dentro do prazo legal em relação ao número total dos servidores públicos obrigados, por Lei, a declarar os seus bens e rendimentos</p> <p>b) Percentagem de declarações de bens verificadas (pela PGR)</p>	<p>a) N/A b) N/A</p>	<p>a) 100% b) 20%</p>	<p>a) 100% b) 25%</p>	<p>a) 100% b) 30%</p>	<p>a) 100% b) N/A</p>

#2 Transparência no acesso à informação					
Indicador de Produto/Resultado: 13 - % de pedidos de acesso à informação por parte dos cidadãos que são satisfeitos, dentro do prazo	N/A	30%	35%	45%	N/A
<p>Medidas/Ações prioritárias:</p> <p>1. Divulgar, publicamente, a Lei de Direito à informação e respectivo regulamento</p> <p>2. Elaborar o Relatório Anual sobre a Implementação da lei do Direito à Informação</p> <p>3. Capacitar Departamentos de Comunicação e Comissões de Avaliação sobre a Lei de Direito à Informação e respectivo regulamento, com enfoque nos princípios do direito à informação</p>		<p>1.1 Nro de. Seminários regionais provinciais e distritais realizados</p> <p>1.2 Lei e Regulamento de Direito à informação disponibilizados no sítio da Internet do MAEFP e Governos Provinciais.</p> <p>1.3 Elaborado o Manual de Procedimentos de Direito à informação</p> <p>2.1 Enviado o relatório ao Provedor de Justiça para sua inclusão na informação anual à Assembleia da Republica</p> <p>2.2 Divulgado o Relatório sobre petições na Administração Pública</p> <p>3.150 Técnicos da área de Capacitados de Comunicação ao nível Central, Provincial e Distrital e formados 300 membros das Comissões de Avaliação de Documentos da Administração Pública e lideranças técnicas em matérias de implementação da Lei do Direito à Informação</p>	<p>1.1 Nro de Seminários regionais provinciais e distritais realizados.</p> <p>1.2 Lei, Regulamento e Manual de Procedimentos de de Direito à informação disponibilizados no sítio da Internet do MAEFP e Governos Provinciais</p> <p>2.1 Enviado o relatório ao Provedor de Justiça para sua inclusão na informação anual à Assembleia da Republica.</p> <p>2.2 Divulgado o Relatório sobre petições na Administração Pública</p> <p>2.3 Assistir tecnicamente as Comissões de Avaliação de Documentos em matérias de acesso a informação</p> <p>3.1 65 Técnicos da área de Comunicação capacitados ao nível Central, Provincial e Distrital e formados 300 membros das Comissões de Avaliação de Documentos da Administração Pública e lideranças técnicas em matérias de implementação da Lei do Direito à Informação</p>	<p>1.1 Nro de Seminários regionais provinciais e distritais realizados.</p> <p>1.2 Lei, Regulamento e Manual de Procedimentos de Direito à informação disponibilizados no sítio da Internet do MAEFP e Governos Provinciais.</p> <p>2.1 Enviado o relatório ao Provedor de Justiça para sua inclusão na informação anual à Assembleia da Republica.</p> <p>2.2 Divulgado o Relatório sobre petições na Administração Pública</p> <p>2.3 Assistir tecnicamente as Comissões de Avaliação de Documentos em matérias de acesso a informação</p> <p>3.1 70 Técnicos da área de Capacitados ao nível Central, Provincial e Distrital e formados 250 membros das Comissões de Avaliação de Documentos da Administração Pública e lideranças técnicas em matérias de implementação da Lei do Direito à Informação</p>	
# 3: Transparência na prestação de contas (Melhoria da prestação de contas aos níveis central e local através de processos previsíveis e transparentes de planificação e orçamentação)					
<p>Indicador de Produto/Resultado:</p> <p>14 - Informação sobre Planos e Orçamentos do Governo a nível Central, Provincial e Distrital, tornada pública e publicada online dentro dos prazos estabelecidos</p>	<p>(i) PES e OE para 2016 publicado online</p> <p>(ii) OE e PES aprovado pelo AR publicado;</p> <p>(iii) BdPES e REO publicado</p>	<p>(i) Proposta do PES e OE para 2017 de Nível Central publicado online</p> <p>(ii) Publicação on-line do PESOP aprovado para 4 províncias</p> <p>(iii) Publicação online de 2 Balanços do PES de 2015 de 2 províncias</p>	<p>(i) Proposta do PES e OE para 2018 de Nível Central publicado online</p> <p>(ii) Publicação online do PESOP aprovado para 7 Províncias</p> <p>(iii) Publicação online de 4 Balanços dos PESOP</p> <p>(iv) Publicação online do PESOD de</p>	<p>(i) Proposta do PES e OE para 2019 de Nível Central publicado online</p> <p>(ii) Publicação online do PESOP aprovado para 10 Províncias</p> <p>(iii) Publicação online de 7 Balanços do PES das províncias que publicaram o PES</p>	<p>(i) Proposta do PES e OE para 2020 de Nível Central publicado online</p> <p>(ii) Publicação online do PESOP aprovado para 11 Províncias</p>

			30 Distritos	(iv) Publicação online do PESOD de 50 Distritos	(iii) Publicação online de 10 Balanços do PESOP e 50 dos PESOD (iv) Publicação online do PESOD de 70 Distritos
Medidas/Ações prioritárias:	<p>Linha de base:</p> <p>(iii) Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial com enfoque para os prazos de realização das 1ª e 2ª Sessão devidamente disseminada (transmitida formalmente)</p>	<p>(i) Transmissão de instruções oficiais e capacitação às Províncias para elaboração do PESOP.</p> <p>(ii) fortalecer as capacidades da DNPO (DNPFD) e das delegações provinciais (DPPF), com recursos para apoiar o mínimo 4 províncias</p> <p>(iii) assegurar publicação nos sites das províncias dos PESOP e balanços dos PESOD</p> <p>(iii) Acompanhar e assegurar o cumprimento do Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial com enfoque para os prazos de realização das 1ª e 2ª Sessão</p>	<p>(i) Transmissão de instruções oficiais e capacitação às Províncias e distritos para elaboração do PESOP e PESOD e instrumentos de monitoria.</p> <p>(ii) fortalecer as capacidades da DNPO (DNPFD) e das delegações provinciais (DPPF), com recursos para apoiar o mínimo 7 províncias e 30 distritos.</p> <p>(iii) assegurar publicação nos sites das províncias e distritos dos PESOP, balanços dos PESOP e PESOD</p> <p>(iii) Acompanhar e assegurar o cumprimento do Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial com enfoque para os prazos de realização das 1ª e 2ª Sessão</p> <p>(iv) Publicar o relatório do cumprimento do Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial</p>	<p>(i) Transmissão de instruções oficiais e capacitação às Províncias e distritos para elaboração do PESOP e PESOD e instrumentos de monitoria</p> <p>(ii) fortalecer as capacidades da DNPO (DNPFD) e das delegações provinciais (DPPF), com recursos para apoiar o mínimo 10 províncias e 50 distritos.</p> <p>(iii) assegurar publicação e ligação nos sites das províncias dos PESOP e PESOD publicados em DNPO-DNPFD</p> <p>(iii) Acompanhar e assegurar o cumprimento do Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial com enfoque para os prazos de realização das 1ª e 2ª Sessão</p> <p>(iv) Publicar o relatório do cumprimento do Guião dos Observatórios de Desenvolvimento Provincial</p>	<p>(i) Publicação online (através da pagina do /MEF/DNPO) dos planos e orçamentos ao nível central, provincial e PESOP s e dos balanços)</p>

AREA 4: EFICÁCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Sub-Area	Linha de Base 2014/2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta PQG/Matriz Estratégica 2019
#1: Melhoria da qualidade e equidade dos serviços de educação ao nível central e local					
<p>Indicador de Produto/Resultado: 15 - % de alunos da 3ª classe que atingem as competências básicas de leitura e cálculo do 1.º ciclo do Ensino Primário (PQG p.19)</p>	2013: 6.3% (Leitura)	<p>≥ 6,3% (Leitura – segunda avaliação)</p> <p>Cálculo – Elaboração da linha de base</p>	Relatório disponível e os resultados divulgados e debatidos a nível nacional, provincial e distrital	Testagem dos instrumentos da 3ª avaliação nacional de leitura e cálculo (3ª classe)	<p>Leitura: 12%</p> <p>Cálculo: Por definir na base da II Avaliação em 2016</p>
<p>Medidas/acções prioritárias Aumentar a paridade da taxa de escolarização aos 6 anos entre a província com melhor e com pior desempenho</p>	2014: 0.57	0.58	0.59	0.60	0.61
<p>Assegurar supervisão da EPCs: % de EPCs (ensino público) supervisionadas pelos SDEJTs</p>	2015: Elaborado testado, acordado e distribuído o manual de supervisão	25% das EPCs supervisionadas e 40% destas com visita de seguimento	50% das EPCs supervisionadas e 60% destas com visita de seguimento	75% das EPCs supervisionados	85% das EPCs supervisionados
# 2: Melhoria da qualidade e equidade dos serviços de saúde ao nível central e local e da situação nutricional					
<p>Indicador de Produto/Resultado: SAÚDE: 16 - Taxa de cobertura de partos institucionais</p>	<p>Real 2014: 71% Meta 2015: 72%</p>	73%	74%	75%	76%
<p>Medidas/acções prioritárias Construção de novos centros de saúde tipo 2</p>		25 Novos centros de Saúde Tipo 2	-	-	-
<p>Número de parteiras tradicionais treinadas em parto seguro e referência para o parto institucional</p>		3000	-	-	-
<p>Indicador de Produto/Resultado: NUTRIÇÃO: 17 - Prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos (%) - desagregado por província</p>	2014: 43 %	-	-	-	35%

<p>Medidas/acções prioritárias</p> <p>Aumentar % de agregados familiares com consumo adequado</p>	<p>2014: 66.5 % 2015: 68%</p>	<p>69%</p>	<p>71%</p>	<p>73%</p>	<p>75%</p>
<p># 3: Melhoria da gestão estratégica dos Recursos Humanos na administração pública</p>					
<p>Indicador de Produto/Resultado:</p> <p>18 - Rácio alunos por professor EP1 (média nacional)</p>	<p>Real 2014: 62,5 Meta 2015: 61</p>	<p>62</p>	<p>61</p>	<p>59</p>	<p>57</p>
<p>19 - Rácio de densidade dos técnicos de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes</p>	<p>2015: 98.8</p>	<p>103.0</p>	<p>106.8</p>	<p>110.2</p>	<p>113.3</p>
<p>Medidas/acções prioritárias</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Adoptar e implementar o Plano de Acção da Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) ➤ Disponibilização desagregada dos dados estatísticos sobre efectivos da administração pública nos sectores prioritários. ➤ Melhoria no índice médio nacional de desempenho dos Governos Distritais em processos seleccionados de prestação de serviços públicos e de acção governativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 2015: Plano de Acção ERDAP (2012-2014) Terminado ➤ 2015: Finalização da “Prova de Vida” ➤ Real 2014: 3.14 Meta 2015: 3.29 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento e adopção do plano de acção da ERDAP (2016-2019) ➤ Publicação dos resultados da “Prova de Vida”, actualização do e-CAF e do e-folha ➤ 3.54 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitorar a implementação de acções de seguimento à estratégia de recursos humanos do Plano de Acção (por incluir após adopção PA) ➤ Utilização dos dados estatísticos da “Prova de vida” para análises ➤ 3.58 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitorar a implementação de acções de seguimento à estratégia de recursos humanos do Plano de Acção (por incluir após adopção PA) 	

O QAD do Governo 2015-2018 é composto por 4 áreas Estratégicas, 16 subáreas, 19 indicadores e 27 acções/medidas de política.

